

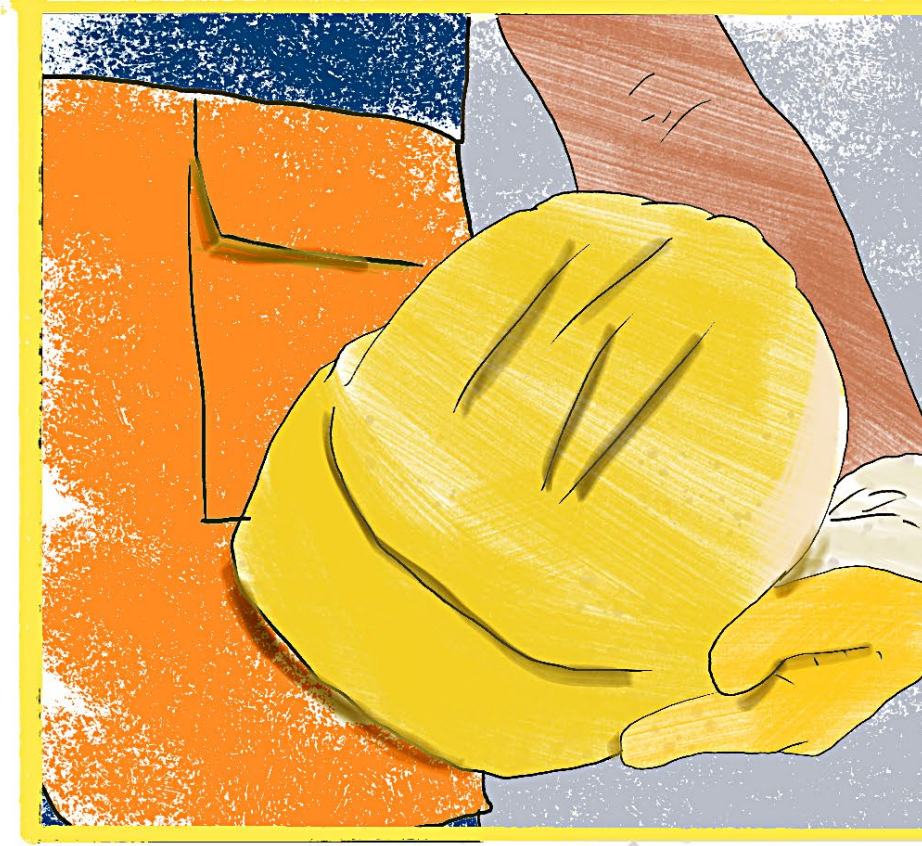
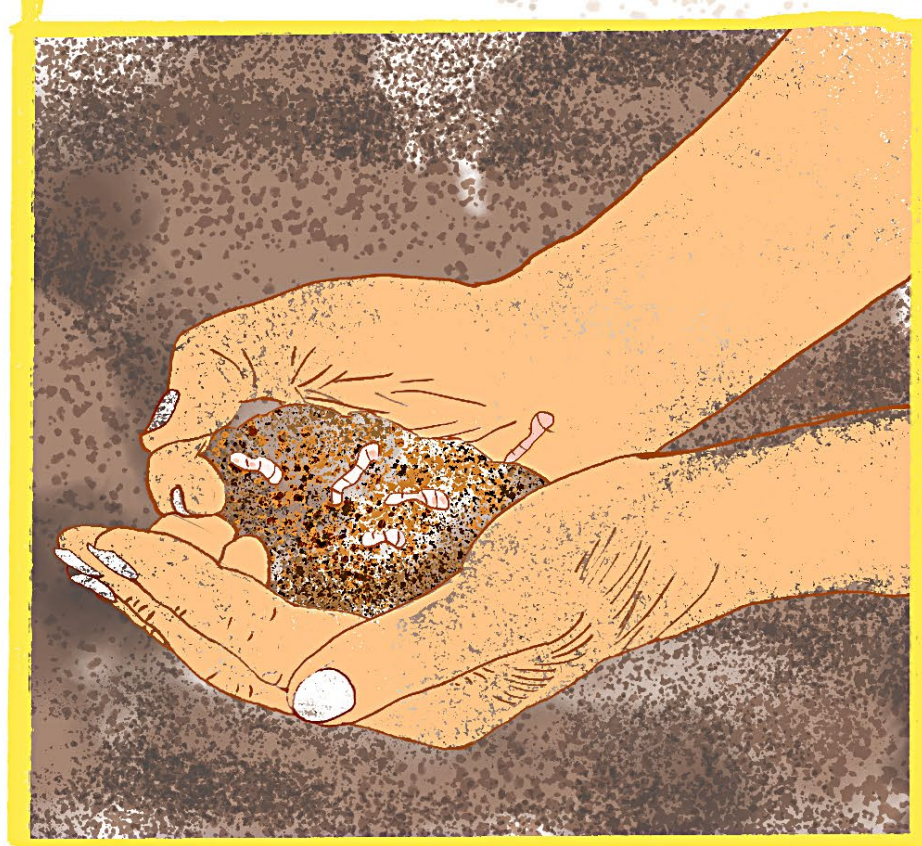
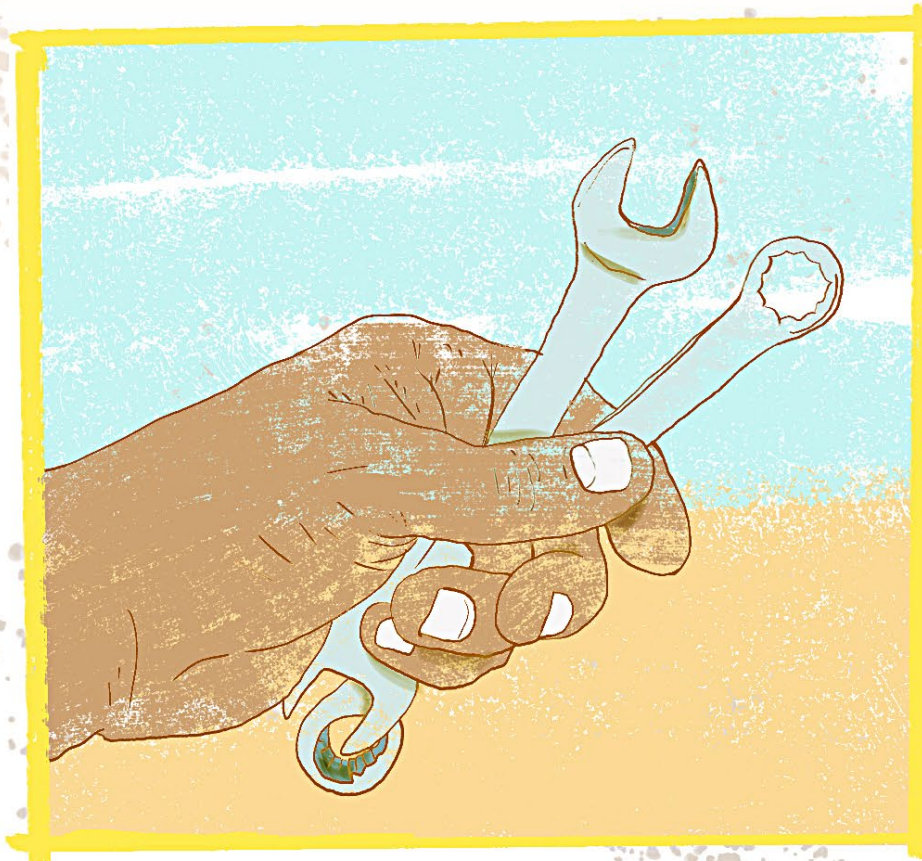


MOBILIZAÇÃO

Boletim da Assessoria Técnica Independente Região 3 - Nacab

TRABALHO E RENDA

Consequências do rompimento da barragem da Vale na vida de trabalhadores e trabalhadoras da região 3 da bacia do Paraobepa



O MAIOR ACIDENTE DE TRABALHO DO BRASIL

Em referência ao Dia do Trabalho, celebrado em 1º de maio, lançamos a quarta edição do Mobilização dedicada a tratar aspectos de trabalho e renda na região 3 da bacia do Paraopeba (composta pelos municípios de Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Fortuna de Minas, Maravilhas, Papagaios, Paraopeba e Caetanópolis).

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho é reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como o maior acidente de trabalho registrado no Brasil. Quando a barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão se rompeu, as primeiras áreas alvo dos 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram as instalações da mineradora, que estavam ao pé da barragem, matando mais de uma centena de funcionários.

Foram 272 mortes, a maioria de trabalhadores diretos e prestadores de serviços da Vale, somando-se à triste marca de 321 mil pessoas que morrem por ano no mundo em acidentes de trabalho, conforme balanço da OIT. O Brasil ocupa posição preocupante nessa marca, figurando em quarto lugar no ranking mundial no número de mortes de trabalhadores.



Impactos na Bacia do Paraopeba

Ao longo das áreas atingidas que abrangem 26 municípios, milhares de famílias perderam seu trabalho e sua renda e viram seu custo de vida se multiplicar. Elas sentem na alma e no bolso as consequências de viver em um território cuja dinâmica se organizava pela força das águas da bacia do Rio Paraopeba, que desde 2019 estão contaminadas com rejeitos da mineração.

Mais de dois anos depois, comerciantes, pescadores, agricultores, extrativistas, trabalhadores do turismo, entre outros trabalhadores, sofrem cotidianamente as múltiplas dimensões do desastre-crime. Uma delas é a violação de um dos mais relevantes direitos sociais: o trabalho. Por ser fonte primordial de promoção da dignidade da pessoa humana, da sobrevivência física e realização pessoal do indivíduo, o trabalho está vinculado ao direito à vida digna.

Este boletim traz alguns relatos de pessoas atingidas, expondo diferentes experiências dos danos econômicos e psicológicos sofridos na dimensão do trabalho. Construir a memória sobre o tema é uma forma de lutar pela reparação. Em complemento, o boletim traz também algumas propostas de medidas que estão sendo construídas e podem reparar esses prejuízos.

Boa leitura!



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

“

Antes do rompimento da barragem saíamos eu, minha mãe, meu pai, minha esposa e mais alguns amigos para pescar. Pegávamos de 20 a 30 peixes por vez e essa atividade era uma renda extra para a nossa família. Em alguns momentos era a minha única renda, quando eu estava desempregado. Hoje é só tristeza. Não podemos pescar, já que os peixes podem estar contaminados. Nem mesmo para o próprio consumo. Eu tenho uma filhinha de um ano e nem sei se um dia ela vai poder comer um peixe do rio Paraopeba. Hoje, quando quero pescar, vou em lagoas distantes do rio, para ter a certeza de que o peixe não está contaminado. Mas não tem a mesma riqueza do rio Paraopeba.

”

Douglas do Santos Ferreira, pescador
Comunidade de Padre João, Esmeraldas



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

“

Eu trabalhava com plantio de milho e feijão a meia. A terra na beirada do rio dava muito feijão. Eles foram lá e proibiram a gente de plantar porque a terra poderia estar contaminada. Foi muito triste. Passamos muita dificuldade, pois com a venda do feijão eu ajudei no estudo dos meus filhos. A gente colhia cerca de 60 sacos de feijão por colheita. Agora estou fazendo farinha de mandioca. A renda não é a mesma, mas a gente segue trabalhando.



”

Geralda Eloísa Dias Santiago, agricultora
Comunidade de Pindaíbas, município de Pequi



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

“

Sou empregada doméstica e, desde 2003, passei a vender refeições em marmitex para os pescadores e pessoas que vinham passear no rio Paraopeba, desde 2003. Nessa época, o rio vivia lotado de visitantes, que acampavam muitas vezes durante os finais de semana, feriados e férias. Depois do rompimento da barragem, isso mudou bastante. O número de visitantes caiu e não consigo mais complementar minha renda com o dinheiro dos marmitex que vendia. Tem sido muito difícil, não apenas para mim, mas também para outras pessoas que dependiam do rio para ter uma renda fixa ou complementar.

”

Jaqueline Júlia dos Santos,
empregada doméstica e cozinheira
Comunidade de Padre João, Esmeraldas



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

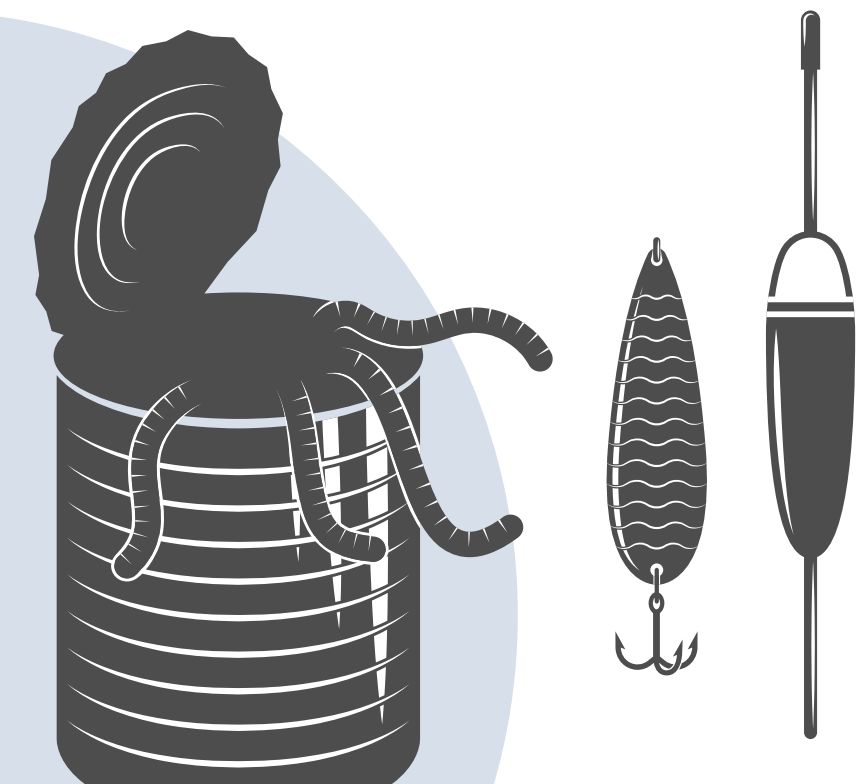
“

Eu trabalhava na barraca da Marilei, no Shopping da Minhoca. Era uma beleza, sempre havia movimento bom e trabalho. Recebia por dia e tinha renda certa para manter meus quatro filhos. Dava para suprir minhas necessidades de mãe solteira, não passava necessidade. Depois do rompimento, os pescadores não desceram para o Paraopeba e, se não tem cliente, não tem renda. Por mais que Marilei quisesse, não conseguiu manter a mim e outras funcionárias da barraca. Perdi minha única fonte de renda, tive que depender de ajuda, doação de cesta básica. Aqui é área rural e não há oportunidades de trabalho. Procurei fazer faxina, capinar lote, mas estava difícil pra todo mundo. Meus meninos menores de idade, ainda não trabalhavam. Ficamos numa situação degradante! Por ver faltar alimento em casa e não ter de onde tirar, adoeci com crises de ansiedade e de pânico, e sigo tratando com psiquiatra e medicação controlada.



”

Fernanda Soares Pinto Louzada,
vendedora desempregada
Shopping da Minhoca, Caetanópolis



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

“

Depois do rompimento da barragem ficou muito difícil manter a casa de ração. Eu abria às 5 horas da manhã, de tanto cliente. Hoje abro às 8 horas. O movimento caiu cerca de 40% e a renda diminuiu demais. O faturamento bruto mensal era na média de R\$ 12 mil, eu e meu sócio tirávamos até R\$ 7 mil cada. No saldo de caixa do mês passado, minha parte foi R\$ 620, deixei para comprar mercadoria. Vivo apertado, com prestações atrasadas e tem mês que preciso pegar dinheiro emprestado. Tive de buscar outro trabalho. Passo o dia na casa de ração e à noite no João do Gelo, que funciona 24h. Durmo na hora do almoço, uma ou duas horas, para dar uma descansada. Tenho que me manter e ajudar meu filho a terminar a faculdade em Belo Horizonte, que falta só um ano e meio. Estou vivendo no limite, graças a Deus com saúde para trabalhar.

”

Gilberto dos Reis Alves, comerciante
Shopping da Minhoca, Caetanópolis



À MARGEM DO RIO E DOS DIREITOS

Trabalhadores e trabalhadoras relatam consequências que sofrem desde o rompimento da barragem da Vale

“

Arrendei uma propriedade em 2018 para plantar milho na margem do Paraopeba e produzir silagem (alimento para gado). Na instalação do pivô de irrigação a barragem rompeu, impedindo a retirada da água do rio. Isso prejudicou, porque contando com chuva só dá para plantar duas vezes ao ano. Semeia em outubro e colhe em janeiro, planta de novo e tira em abril. Fora desse período, só tendo o pivô, mas sem o rio não há como colocá-lo. Sem ter como irrigar perdemos a plantação de 32 sacos de sementes e 32 hectares de terra. Plantamos novamente e na época de colher, com trator já na roça, a enchente veio e matou tudo, deixou uma lama escura e fedorenta. A Vale interditou e nos tirou o acesso à maior e melhor área de plantio. Passo 15 a 20 dias sem ver minha família, trabalhando para pagar as dívidas do primeiro plantio. Devagarinho, porque para pequeno produtor é uma dívida muito grande.

”

Ailton Eustáquio da Silva, produtor rural
Zona Rural de Paraopeba



DESAFIOS DE REPARAR OS DANOS DE TRABALHO E RENDA

O número de trabalhadores informais no Brasil tem crescido nos últimos anos, por fatores como a pandemia de Covid-19, a reforma trabalhista e a grave crise econômica. No caso dos municípios da bacia do rio Paraopeba, somam-se os efeitos do desastre-crime causado pela Vale. Isso significa que temos hoje na área da bacia um elevado contingente de trabalhadores sem acesso a direitos trabalhistas, como aposentadoria, licenças remuneradas (de maternidade ou por afastamento por motivo de saúde), vivendo com uma renda reduzida, geralmente vinda do auxílio emergencial da Vale (quando ele é pago corretamente).

No Brasil, a proteção social, conjunto de ações do Estado para proteger a sociedade e os indivíduos de riscos naturais, sociais e econômicos, não alcança todos os indivíduos. O acesso à proteção social está condicionado ao trabalho formal. Por isso, trabalhadores e trabalhadoras informais são os mais vulneráveis. Além disso, a parcialidade desses direitos atinge homens e mulheres, negros e brancos de formas diferentes, reproduzindo e ampliando as desigualdades de gênero e raça existentes na sociedade brasileira.



Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras que mais lidam com o caráter cumulativo de danos causados pelo desastre-crime da Vale são aqueles que já são mais afetados pelas mazelas da desigualdade social da nossa sociedade. Assim, o rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão impactou mais severamente os meios e modo de vida das comunidades pobres e predominantemente negras da região, que vivem no entorno do rio Paraopeba. É o caso, por exemplo, das comunidades ribeirinhas, que dependem do rio e de seus afluentes para trabalhar e que tiveram enormes perdas em atividades como a pesca ou a agricultura. Esse é também o caso dos trabalhadores que se dedicam à extração de areia e de argila. Desde a chegada da lama tóxica da Vale, esses trabalhadores não podem mais exercer sua atividade da mesma forma.

Um levantamento de dados realizado pelo Nacab ao longo dos últimos meses aponta que o rompimento precarizou ainda mais as condições de vida e trabalho nestes territórios. Esses dados apontam também que boa parte dos trabalhadores formais da região se encontra empregado em áreas fortemente dependentes do setor público e pelos empregos gerados pelo comércio e pela agricultura familiar.

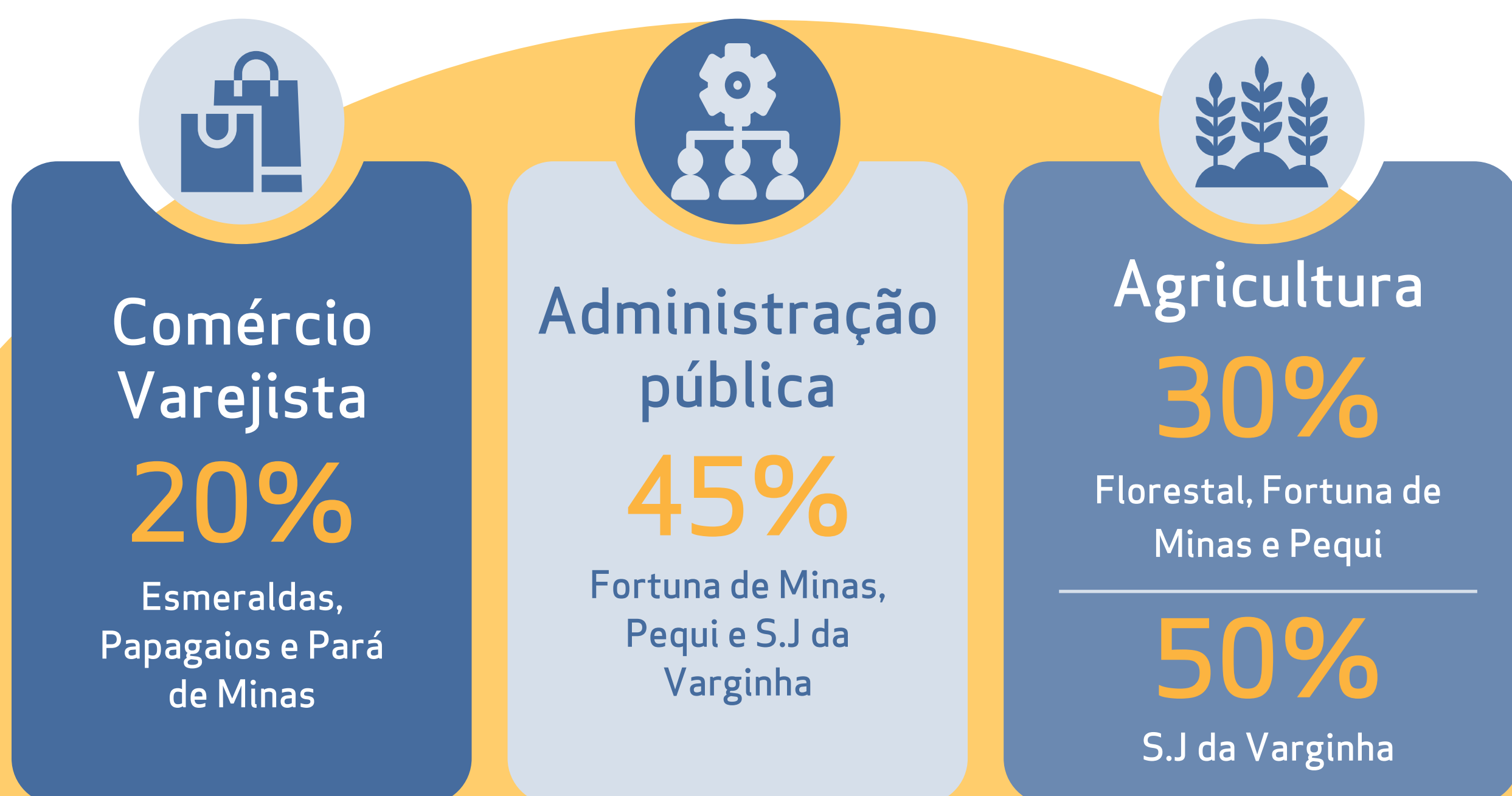
Onde estão os empregos?

Dados oficiais sobre a distribuição de empregos demonstram que o comércio varejista é **o que mais emprega na Região 3**, responsável por quase 20% dos empregos formais gerados, especialmente em Esmeraldas, Papagaios e Pará de Minas.

A administração pública aparece em segunda posição chegando a alcançar 45% dos empregos gerados em alguns municípios como Fortuna de Minas, Pequi e São José da Varginha.

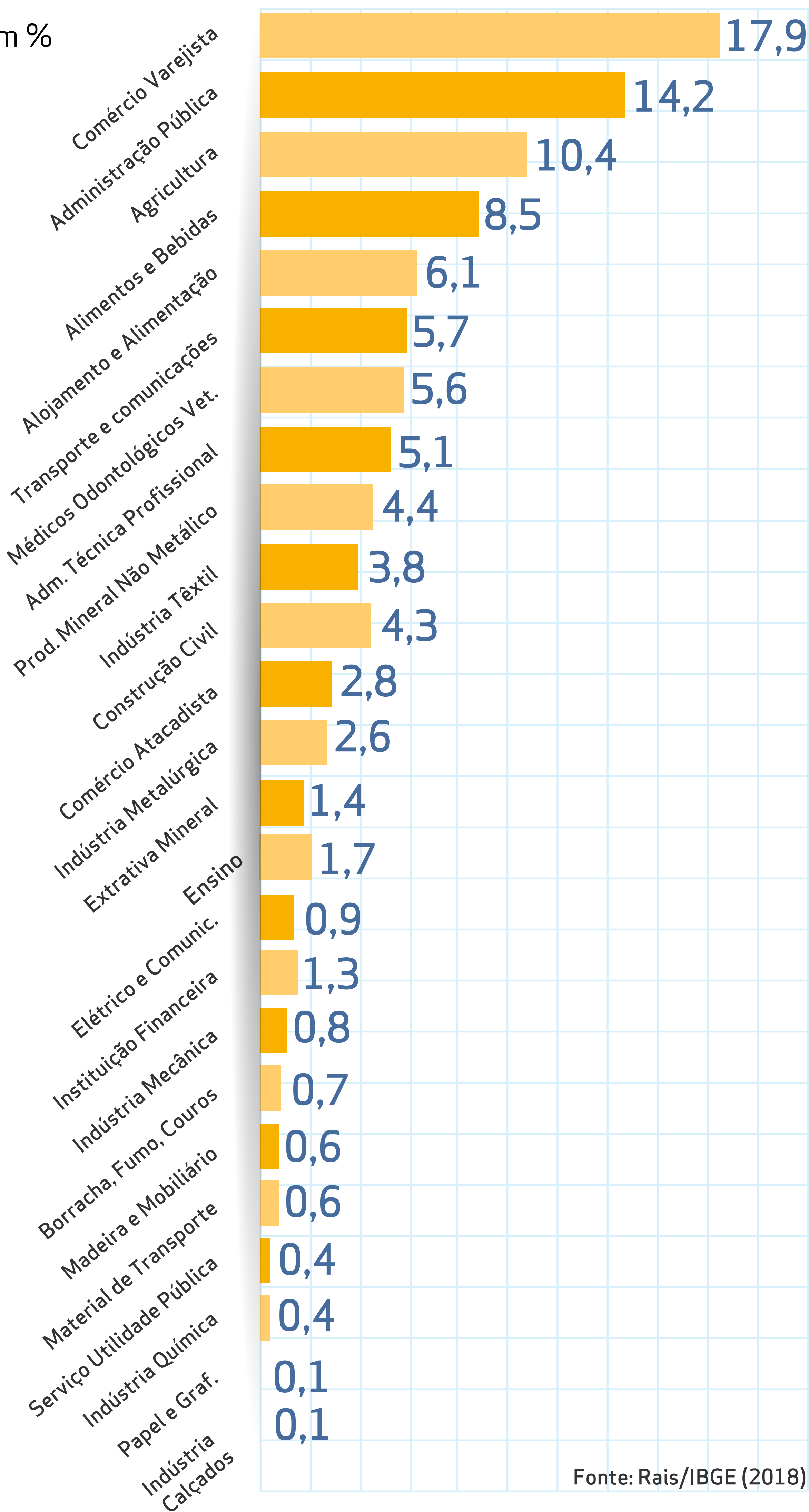
A agricultura merece também destaque, sendo responsável por mais de 30% dos empregos formais gerados em Florestal, Fortuna de Minas, Pequi e, alcançando quase 50% dos empregos gerados em São José da Varginha.

É importante destacar que somente com levantamentos e estudos realizados junto às comunidades poderemos compreender como esses dados se refletem na realidade local e traçar um mapa preciso das ocupações e empregos na região.



Empregos formais por setor da economia na Região 3

Em %



Fonte: Rais/IBGE (2018)

Relação com o rompimento da barragem

A relação direta entre o rompimento da barragem e o comprometimento das formas de trabalho e da renda da população e comunidades atingidas, especialmente da zona rural dos municípios da Região 3, tem se tornado ainda mais evidente com os estudos e análises realizados pela equipe do Nacab. Os estudos preliminares realizados pela Assessoria Técnica Independente já apontam inúmeros prejuízos socioeconômicos.

Há diversas comunidades e atividades em que a população atingida não possui registros de renda. Esse é um obstáculo para se determinar e comprovar a extensão do dano ocorrido na dimensão de trabalho e renda. Trata-se de uma realidade em que serviços, bens e produtos são trocados entre si, dinheiro vivo é passado de mão em mão e geralmente não há acúmulo ou estoque.

Nesse ambiente informal, faltam registros de aquisição de bens ou produtos para a própria sobrevivência e também de renda mensal. Porém, essa é uma realidade a ser enfrentada no processo de reparação na região e o Nacab vem realizando uma série de pesquisas para entender essa realidade e trazê-la para o ambiente do processo.



O QUE NACAB TEM FEITO SOBRE O TEMA DO TRABALHO E RENDA?

Realização de estudos e construção de uma matriz de danos

Através de estudos já iniciados pelo Nacab será possível entender a importância do rio para cada comunidade, trabalhador e trabalhadora, bem como as implicações do rompimento nos seus vários usos: pesca, irrigação, dessedentação dos animais, plantações, atividades econômicas domésticas e locais, lazer e muitas outras. Assim, evidenciar a dinâmica da vida na região que antes fluía nos contornos das águas do Rio Paraopeba.

Os estudos do Nacab são importantes também para dar visibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras que se encontram invisibilizados até mesmo nas estatísticas locais sobre trabalho e renda. São pessoas que se dedicavam à realização de vários serviços, como manicures que perderam clientes, vendedores ambulantes, quitandeiras, cozinheiras, barqueiros, que tinham a organização de trabalho ligada ao turismo e tantos outros e outras trabalhadores(as) informais que tinham fonte de renda ligada à dinâmica do Rio Paraopeba.



Foto: Equipe Nacab

A identificação dessas categorias de trabalho e das perdas e danos nas diversas cadeias produtivas e de serviços são fundamentais para estruturar uma matriz de danos que subsidie a elaboração de projetos e planos de reparação a longo prazo, e também indenizações justas.

Matriz de danos é um instrumento de identificação e organização dos danos sofridos pelas pessoas, famílias e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens de mineração. Nela serão sistematizadas informações levantadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras da região, com o objetivo de estabelecer os parâmetros de valoração para fins de indenização.



Construção do Programa de Transferência de Renda



O Nacab tem trabalhado na consulta às pessoas atingidas na calha do Paraopeba e na elaboração de documentos para subsidiar critérios e formas de comprovação no acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR), que substituirá o atual auxílio emergencial da Vale. O Nacab entende que esse processo é imprescindível para corrigir as injustiças cometidas pela empresa, que deixou milhares de atingidos e atingidas sem renda. Ademais o PTR deve possibilitar às pessoas atingidas condições socioeconômicas básicas, para que estas possam ter possibilidades de participar do processo de reparação integral.

Construção do Programa de microcrédito

Inserido dentro do programa de reparação socioeconômica previsto no acordo, R\$ 1 bilhão será destinado a projetos de créditos e microcréditos para as pessoas atingidas que ajudarão a fomentar a diversificação econômica na bacia do Rio Paraopeba. O Nacab se dedicará a duas frentes de atuação, uma voltada a caracterização das diferentes ocupações e atividades econômicas existentes na região, identificando potencialidades e necessidades de financiamento. Outra atividade, complementar a primeira, será a construção participativa de propostas voltadas ao desenho de modelos de governança e de gestão de fundos de crédito e microcrédito. Serão avaliadas e estudadas as mais variadas metodologias e experiências existentes de crédito e microcrédito para traçar as alternativas que ampliem o acesso da população atingida promovendo o desenvolvimento local, territorial e sustentável.



Retomada do desenvolvimento territorial

O Nacab vem identificando as atividades econômicas, antes e no contexto atual, e construindo estratégias que possam assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras a geração de novos postos de trabalho e renda e a retomada do desenvolvimento local. Este trabalho perpassa estratégias de novos modelos econômicos que possam dinamizar as atividades produtivas existentes, criar novas alternativas comprometidas com uma reparação estrutural dos territórios, assegurando uma perspectiva de futuro para estes trabalhadores e trabalhadoras.



MOBILIZAÇÃO

Produzido pela Assessoria de Comunicação em parceria com a Gerência de Socioeconomia e Cultura

Colaboração: Leila Regina da Silva, Marcio Martins, Júnia Santa Rosa, Cláudio Resende, Luciano Marcos da Silva, Leonardo Dupin e Brígida Alvim

Edição: Brígida Alvim e Leonardo Dupin

Projeto gráfico: Christiane Souza

Ilustrações: Fabiano Azevedo

Fotos: Arquivos pessoais dos entrevistados e Equipe ATIR3 Nacab

Assessoria Técnica Independente da Região 3

Coordenador Geral
Flávio Bastos

Coordenação Geral
Alexandre Chumbinho
Flávio Bastos

Irla Paula Stopa
Luciano Marcos da Silva
Marília Andrade Fontes
Marluce de Souza Abduane

Gerente Geral
Marília Andrade Fontes

Gerente Administrativo Financeira
Marluce de Souza Abduane

Gerente de Participação e Engajamento
Ângela Rosane de Oliveira

Gerente de Socioeconomia e Cultura
Francine Pinheiro

Gerente Socioambiental
Irla Paula Stopa

Gerente de Qualidade da Água e Avaliação de Riscos à Saúde
Lauro Fráguas

Gerente Jurídico
Alexandre Chumbinho

Gerente de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia
Luciano Marcos da Silva

Assessor chefe de Comunicação
Leonardo Dupin

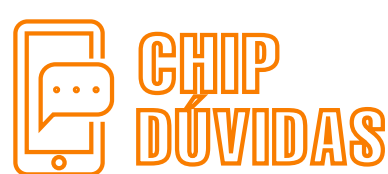
Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - Nacab
R. Santo Antônio, 30. Apto. 02.
João Braz. Viçosa/MG
E-mail: contato@nacab.org.br
Telefone: (31) 3885 1794

Escritório Belo Horizonte: R. Bueno Brandão, 351, Santa Tereza

Escritório Paraopeba: Avenida Dom Cirilo, 609, Centro

Escritório Pará de Minas: Avenida Minas Gerais, 413, São José

Escritório Esmeraldas: R. José Domingos Diniz, Quadra 34, Lote 23, Fernão Dias



(31) 99596-9065



@nacabmg



@nacabmg



nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
REGIÃO 3

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS